

32/10

ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO  
MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA  
ESTADO DO PIAUÍ.

PARECER JURÍDICO

REFERÊNCIA: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 006/2022.

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO.  
INEXIGIBILIDADE. CONTRATAÇÃO DE  
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PRIVATIVOS DE  
ADVOCACIA EM CONSULTORIA E  
ASSESSORIA JURÍDICA PROCESSUAL PARA A  
DEFESA E AJUIZAMENTO DE DEMANDAS  
PERANTE O TJPI 1º E 2º INSTÂNCIA E TRF DA  
PRIMEIRA REGIÃO NA 1º E 2º INSTÂNCIA  
PARA O MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA-PI.

Exmo. Sr. Prefeito Municipal,

O Gabinete do Prefeito, em atendimento ao que dispõe a Lei nº 8.666/93, submete à apreciação desta Assessoria o procedimento administrativo, que culminou na inexigibilidade do processo licitatório para contratação de serviços especializados privativos de advocacia em consultoria e assessoria jurídica processual para a defesa e ajuizamento de demandas perante o TJPI 1º e 2º instância e TRF da Primeira Região na 1º e 2º instância, referentes à orientação legal ao Município, nos termos do art. 25, II, c/c art. 13, III e V, da Lei nº 8.666/93, todos do diploma legal acima citado.

Dos autos do processo, constam todos os documentos requeridos pela lei nº 8.666/93, suficientes para desencadear regularmente o procedimento.

É o relatório, passamos a opinar.

O procedimento administrativo em análise seguiu todos os requisitos formais e materiais previstos em lei, inclusive em relação ao que dispõe o Art. 26, em seu Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

Conforme as características dos serviços objeto deste procedimento, esta Comissão verificou que se enquadra no rol do art. 25, II, c/c art. 13, III e VI, da Lei nº 8.666/93, sendo assim, inexigível a licitação nos termos do mesmo diploma legal, bem como do art. 3º-A, da Lei nº 8906/94.

Analisada a documentação apresentada pela empresa, **FABIO VIANA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, CNPJ: **33.903.336/0001-13**, verificou-se, que a mesma presta os serviços que o Município pretende utilizar.

Demonstrada a necessidade da prestação dos serviços, indispensável é a realização do procedimento administrativo.

O art. 25, II, c/c art. 13, III e VI, da Lei nº 8.666/93, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos prevê que na contratação aqui pretendida, é inexigível a realização do procedimento licitatório mais complexo, respaldando a legalidade desta contratação, senão vejamos:

*“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*

*II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*

(...)

*“Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:*

*III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);*

(...)

*V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;*

(...)

A seu turno, o art. 3º-A, da Lei nº 8.906/94, fixa:

Art. 3º-A. Os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei. (Incluído pela Lei nº 14.039, de 2020)

Parágrafo único. Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de advogados cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de



outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.  
(Incluído pela Lei nº 14.039, de 2020)

Diante da documentação acostada aos autos e de sua análise, resta claro que a contratação da empresa, é a mais adequada à plena satisfação dos fins buscados nesta contratação.

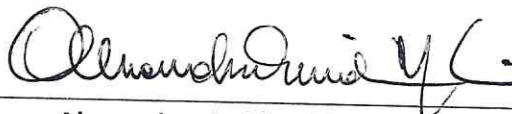
Com relação à minuta do contrato administrativo, verifica-se que nela estão presentes todos os elementos legais necessários, exigidos no artigo 55, da Lei nº 8.666/93.

Por fim, ressalta-se que devem ser juntados aos autos do processo administrativo os comprovantes das publicações do contrato administrativo nos termos do parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93, bem como comprovante de informativo ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Desta forma, esta assessoria entende que a Comissão Permanente de Licitação agiu de acordo com a determinação legal, especialmente em relação às exigências da Lei nº 8.666/93, ao se posicionar no sentido de realizar a contratação direta do **FABIO VIANA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ: 33.903.336/0001-13**, por entender ser inexigível a realização de procedimento licitatório mais complexo.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Água Branca (PI), 20 de janeiro de 2022



Alexandre de Almeida Martins Lima

Assessor Jurídico

OAB-PI nº 274-B